**RESOLUÇÃO 05/2023/CMDCA**

**Dispõe sobre a aprovação da 2.ª edição do Protocolo e Fluxo da Escuta Especializada, procedimento integrado, ofertado no município Tangará SC, para atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.**

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE** -CMDCA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal n.º 1.517 de 01 de outubro de 2011 e em conformidade com deliberação constante na ATA 179, de 12 de dezembro de 2023;

**CONSIDERANDO** a Lei nº 13.431/2017, que Estabelece o Sistema de Garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

**CONSIDERANDO** que o Decreto Presidencial n.º 9.603/2018, que regulamenta a Lei n.º 13.431/2017;

**CONSIDERANDO** que nas políticas intersetoriais é imprescindível que haja **integração dos serviços** e o estabelecimento de **fluxo de atendimento articulado**, evitando-se a superposição de tarefas por meio da fixação de mecanismos de cooperação e compartilhamento das informações e da definição do papel de cada instância/serviço e do profissional de referência que supervisionará as atividades.

**CONSIDERANDO** a Resolução 03/2022 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que cria o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

**CONSIDERANDO** a necessidade de atualização do protocolo, tendo em vista as capacitações realizadas no ano de 2023;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar a 2.ª edição do protocolo e fluxo da escuta especializada, no âmbito municipal, o procedimento deve ser articulado pelo Sistema de Garantia de Direitos, para o atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução 13/2022/CMDCA.

Tangará, 12 de dezembro de 2023

Tatiane Almeida Denardi do Rosário

Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

**Protocolo e Fluxo da Escuta Especializada**

**Município de Tangará –SC**

**2ª edição**

**Tangará 12 de dezembro de 2023**

**1 – Apresentação**

O presente documento visa dar um “grande passo” para a defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tangará– SC. Como garantir direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência ou testemunha de violência de forma humanizada. Com o objetivo de implementar e aperfeiçoar o atendimento de forma integral este documento foi criado. Seu objetivo passa longe de ser teórico, mas ser um documento prático onde a Rede de Garantia possa “balizar” para saber agir na pratica quando existir casos envolvendo crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Busca através deste documento público a efetivação da lei 13431/17 para uma “Escuta Especializada” de forma digna conforme os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente

Para o cumprimento do Princípio da Prioridade Absoluta e a efetivação do Lei 8069/90 a Rede do Sistema de garantia dos Direitos de Tangará conta com uma rede, dando destaques para as políticas sociais básicas, onde na área da Saúde conta atualmente (2023), com 02 Unidades de Saúde, 03 Postinhos no Interior, 01 Hospital filantrópico conveniado. Contando com 97 profissionais na área da Saúde.

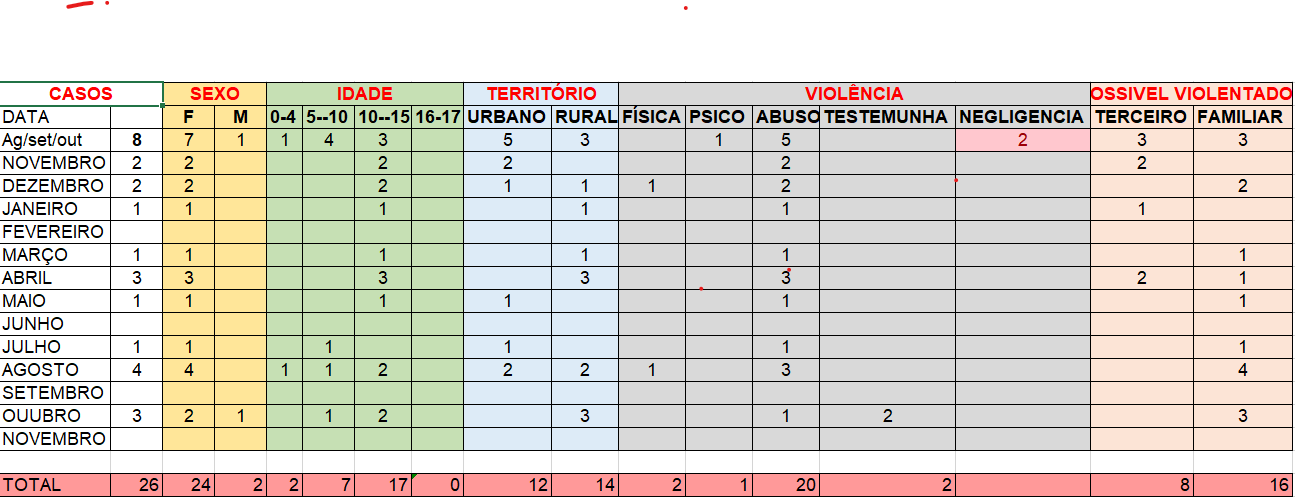
Sobre a rede da Educação, o município conta 02 Escolas de Educação Infantil, 02 de Ensino Fundamental Municipal e 02 Escolas Estaduais, matriculados o município chega em torno de 1635 matriculas, tendo 216 profissionais envolvidos.

Na política da Assistência Social atualmente o município conta com 01 Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), devido ao porte do munícipio, mas toda demanda da média complexidade é atendido pelo órgão gestor. No que refere a Alta Complexidade o município conta com 01 Serviço de Acolhimento. Ao todo são 25 profissionais

**2 - Caracterização das formas de violência contra criança e adolescente no município**

Os dados sobre a violência na área da criança e do adolescente são baseados pelos atendimentos pelo Conselho Tutelar e demais órgãos na rede de Atendimento. Desde a implementação deste protocolo no município de Tangará, foram registrados os seguintes números:

Casos atendidos pela escuta especializada de agosto de 2022 à novembro de 2023



**3 - Marco Legal**

Na história a criança e o adolescente nunca foram respeitados como sujeitos de direitos. Durante séculos no mundo e em nosso país uma verdadeira cultura para cuidar e garantir um bom desenvolvimento ficava longe de ocorrer.

A Assembleia geral da ONU proclamou a Declaração Universal dos Direitos do Homem que em seu item 2 do artigo XXV afirma:

“*a maternidade e a infância têm direitos e cuidados e assistência especial. Todas as crianças, nascidas dentro e fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social”*

Nas normativas internacionais, o nosso plano destaca a: Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, onde o documento do dia 20 de novembro de 1989 ratifica o estado deve garantir os direitos a todas as crianças:

*ARTIGO 2.º*

*1 – Os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a garantir os direitos previstos na presente Convenção a todas as crianças que se encontrem sujeitas à sua jurisdição, sem discriminação alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação.*

*ARTIGO 19*

*Os Estados Partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física e menta, abuso ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.*

O surgimento da Constituição Federal de 1988, trouxe uma visão jurídica diferente na história do nosso país. O artigo 227 mudou trouxe a luz o Princípio da Proteção Integral da Criança e do Adolescente. A criança e o adolescente, são sujeitos de direitos, por estarem em condição peculiar de desenvolvimento devem ser prioridade absoluta.

A lei 8069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, trouxe uma nova forma na legislação para proteger crianças e adolescentes. Sabemos que apenas uma mudança na lei, por mais que seja muito significativa, não muda a cultura de séculos.

A mudança não está somente no conceito, mas, pela primeira vez, declara que a responsabilidade pela proteção e formação das crianças e adolescentes é dever da família, do poder público, comunidade e sociedade em geral, tal responsabilidade moral (não jurídica) anteriormente estava no seio da família, todavia, a história mostrou que esta responsabilidade é de todos atores envolvidos.

*Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.*

Mesmo com as mudanças, o desafio se faz constante após trinta anos de Estatuto mudanças e aperfeiçoamentos precisam ser bem vindos. Destaca-se a lei 12010/09 trazendo melhorias e aperfeiçoamento das questões do Acolhimento Institucional a adoção, sendo uma lei muito mais voltada para a Convivência Familiar.

Outra importante lei foi a 13.010/14 que traz uma nova forma de educação, evitando o uso de castigos físicos e psicológicos e uma nova forma de educação não mais baseada na violência.

Mais recente a lei 13.431/17 que aperfeiçoa a forma de escuta e protocolos para crianças que foram vítimas de violência, trazendo princípios no atendimento da criança e do adolescente que já estavam no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, mas que precisava ser aperfeiçoado. O Decreto presidencial 9.603/2018 também ratifica o que está na lei, podendo dar destaque para:

***Art. 2º Este Decreto será regido pelos seguintes princípios:***

***I - a criança e o adolescente são sujeitos de direito e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e gozam de proteção integral, conforme o disposto no art. 1º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;***

***II - a criança e o adolescente devem receber proteção integral quando os seus direitos forem violados ou ameaçados;***

***III - a criança e o adolescente têm o direito de ter seus melhores interesses avaliados e considerados nas ações ou nas decisões que lhe dizem respeito, resguardada a sua integridade física e psicológica;***

***IV - em relação às medidas adotadas pelo Poder Público, a criança e o adolescente têm preferência:***

***a) em receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;***

***b) em receber atendimento em serviços públicos ou de relevância pública;***

***c) na formulação e na execução das políticas sociais públicas; e***

***d) na destinação privilegiada de recursos públicos para a proteção de seus direitos;***

***V - a criança e o adolescente devem receber intervenção precoce, mínima e urgente das autoridades competentes tão logo a situação de perigo seja conhecida;***

***VI - a criança e o adolescente têm assegurado o direito de exprimir suas opiniões livremente nos assuntos que lhes digam respeito, inclusive nos procedimentos administrativos e jurídicos, consideradas a sua idade e a sua maturidade, garantido o direito de permanecer em silêncio;***

***VII - a criança e o adolescente têm o direito de não serem discriminados em função de raça, cor, sexo, idioma, crença, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou regional, étnica ou social, posição econômica, deficiência, nascimento ou outra condição, de seus pais ou de seus responsáveis legais;***

***VIII - a criança e o adolescente devem ter sua dignidade individual, suas necessidades, seus interesses e sua privacidade respeitados e protegidos, incluída a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral e a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, das ideias, das crenças, dos espaços e dos objetos pessoais; e***

***IX - a criança e o adolescente têm direito de serem consultados acerca de sua preferência em serem atendido por profissional do mesmo gênero.***

No município de Tangará temos o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criando pela Lei Municipal n.º 1517 de 01 de outubro de 2001, tendo como objetivos:

*§ 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente atenderá aos seguintes objetivos:*

*I - definir, no âmbito do município, políticas públicas de proteção integral a infância e a juventude de Tangará/SC, incentivando a criação de condições objetivas para sua concretização, com vistas ao cumprimento das obrigações e garantias dos direitos previstos no artigo 2º,desta Lei;*

*II - controlar ações governamentais e não-governamentais, com atuação destinada a infância e a juventude do município de Tangará/SC, com vistas a consecução dos objetivos definidos nesta Lei.  
§ 2º Entende-se por política pública aquela que emana do poder governamental e da sociedade civil organizada, visando o interesse coletivo.  
§ 3º As decisões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito de suas atribuições e competências, vinculam as ações governamentais e da sociedade civil organizada, em respeito aos princípios constitucionais da participação popular e da prioridade absoluta a criança e ao adolescente.  
§ 4º Em caso de infringência de alguma de suas deliberações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente representará ao Ministério Público visando a adoção de providências cabíveis. (Redação dada pela Lei nº*[***2247***](https://leismunicipais.com.br/a1/sc/t/tangara/lei-ordinaria/2015/224/2247/lei-ordinaria-n-2247-2015-altera-redacao-do-capitulo-ii-do-titulo-ii-da-lei-n-1517-de-01-de-outubro-de-2001-e-da-outras-providencias)*/2015)*

**4 - Objetivos**

**Objetivo Geral**

Garantir a Proteção Integral da Criança e do Adolescente vitima ou testemunha da violência, por meio da Escuta Especializada, visando a prevenção e a integralidade da criança e do adolescente

**Objetivos específicos**

* Fomentar a política de integração dos serviços e sistema da garantia dos direitos;
* Celeridade no atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violências;
* Ações coordenadas para o atendimento e posterior proteção integral das crianças e adolescentes;
* Elaborar estratégias para que não ocorra violência institucional;
* Elaborar estratégias para que não ocorra a revitimização nos casos que envolva a violação de direitos das crianças e adolescentes;
* Melhorar a comunicação e o sistema de informação para proteger as crianças e adolescentes;
* Sensibilizar os profissionais do SGD para a garantia dos direitos da criança e do adolescente;
* Promover campanhas, estudos, formular pesquisas que garanta o direito da criança e do adolescente;
* Aperfeiçoar as informações (macro – micro) para melhorar o atendimento da criança e adolescente ou suas famílias;
* Aperfeiçoar o fluxo de informações das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência
* Revisão e monitoramento de protocolos, conteúdos teóricos sobre as questões da violência contra crianças e adolescentes;
* Estimular criação de projetos e programas para adolescentes vítimas ou testemunhas de violências;
* Oferecer tratamento digno às crianças, adolescentes e suas famílias que tiveram seus direitos violados;
* Estabelecer política de capacitação continuada para os atores do Sistema de Garantia de Direitos

**5 - Alinhamento Conceitual**

Esta parte do protocolo o (a) leitora encontrará conceitos importantes para quem trabalha na gestão, na equipe técnica ou diretamente com a criança e com o adolescente atendido no município. São conceitos e definições importantes para o(a) profissional fazer o processo de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

*Doutrina ou Princípio da Proteção Integral*

Linha princípios éticos de atuação para proteger a criança e o adolescente. É a “alma” do Estatuto da Criança e do Adolescente e a base do nosso trabalho. Compreende a concepção:

* Criança e o Adolescente como Sujeito de Direitos
* Condição Peculiar de Desenvolvimento
* Prioridade Absoluta

*Estatuto da Criança e do Adolescente*

Lei Federal baseada no Artigo 227 da Constituição Federal de 1988. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é lei 8.069/90 e apresenta os direitos da Criança e do Adolescente e repara danos históricos de leis anteriores na área da infância do nosso país. No ECA também é apresentado o Sistema de Garantia dos Direitos

*Sistema de Garantia dos Direitos*

O Sistema de Garantia dos Direitos (SGD) é onde o ECA apresenta os atores que devem garantir a proteção da criança e do adolescente. Proteger é garantir o desenvolvimento deste público e proteger crianças e adolescentes que sofreram violências. O SGD é formado por “atores” da proteção (que são formados por pessoas). Destaca-se a família, a sociedade civil organizada (entidades de proteção como a APAE), e o poder público (Saúde, Educação, Assistência Social, Esporte, Cultura, Segurança Pública, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, etc) e também dois importantes Conselhos: Conselho Municipal da Criança e do Adolescentes (CMDCA) que tem a responsabilidade de fazer controle social desta área e deliberar políticas públicas e o Conselho Tutelar (sociedade é escolhida pela sociedade) que tem o papel de garantir a proteção da criança e do adolescente vítima de violência

*Lei 13.431/17 – Lei da Escuta Especializada da Criança e do Adolescente vitima ou testemunha de violência*

Lei que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao melhorar o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. A lei tem como base algumas garantias e é a base deste protocolo:

* Receber Prioridade Absoluta
* Tratamento Digno e Abrangente
* Ter a intimidade e as condições pessoais protegidas
* Ser protegido contra qualquer forma de discriminação
* Receber informação sobre sua etapa de desenvolvimento
* Ser ouvido e expressar seus desejos e suas opiniões, assim como permanecer em silêncio
* Receber assistência qualificada jurídica e psicossocial especializada, que facilite sua participação
* Ser resguardado e protegido de sofrimento, com direito a apoio, planejamento da sua participação
* Ser ouvido no horário que for mais adequado e conveniente, sempre que possível
* Ter segurança, com avaliação contínua
* Ser assistido por profissionais capacitados e conhecer os profissionais
* Ser reparado quando seus direitos forem violados
* Conviver em família e comunidade
* Ter informações prestadas tratadas confidencialmente
* Prestar declarações em formato adaptado a criança e ao adolescente com deficiência

*Escuta Especializada*

Escuta Especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade

*Depoimento especial*

Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

*Revelação Espontânea*

É o ato onde a criança e o adolescente sente-se a vontade para falar da violência que sofreu ou sofre ou narrar a violência na qual foi testemunha para sua “referência”. (Aqui pode ser o professor, educador social, técnico, etc.) É fundamental que a pessoa na qual ouviu a narrativa da criança ou do adolescente já encaminhe o fato a sua coordenação para devidas providencias e o principal: ***permanece em silêncio sobre o que ouviu da criança ou do adolescente, pois isto é algo intimo da pessoa e não merece ser comentado dentro do ambiente de trabalho.***

*Identificação da Violência*

Na atividade com a criança e com o adolescente, o profissional que faz o atendimento *(seja algo pontual, um médico em uma consulta por exemplo)* ou atua diretamente com a criança (professor na escola, por exemplo) pode identificar violência contra a criança (lesão no corpo, criança reproduz a violência que sofre, etc.). Identificado, o profissional deve procurar sua coordenação para devidas providencias e o principal: ***permanece em silêncio sobre o que ouviu da criança ou do adolescente, pois isto é algo intimo da pessoa e não merece ser comentado dentro do ambiente de trabalho.***

*Tipos de Violência*

A lei 13.431/17 define alguns tipos de violência contra a criança e contra o adolescente, são elas:

**violência física:**

ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico

**violência psicológica:**

a) qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (bullying) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional

b) o ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este

c) qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha

**violência sexual:** entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não

a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro

b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico

c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação

**violência patrimonial**: entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluídos os destinados a satisfazer suas necessidades, desde que a medida não se enquadre como educacional

**violência institucional:**  violência praticada por agente público no desempenho de função pública, em instituição de qualquer natureza, por meio de atos comissivos ou omissivos que prejudiquem o atendimento à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência

**Revitimização**: quando a criança ou o adolescente revive a violência, tendo que comentar os fatos vivenciados, ou mostrar e comentar marcas do seu corpo.

**6 - Origem dos Recursos**

Os recursos serão oriundos dos recursos próprios do Poder Público Municipal das secretarias (educação, saúde, assistência social e administração) e recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA) ligado ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente

**7 - Capacitações**

Abaixo a tabela de Temas e Cronograma de Formações durante o ano para o Sistema de Garantia de Direitos

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Grupo** | **Tema** | **Período** |
| **Gestores, Diretores**, Coordenadores e Técnicos | Lei da Escuta Especializada  Protocolo e Fluxo de Atendimento  Políticas Públicas  Atores do SGD | A cada seis meses |
| Profissionais de atendimento  (professores, auxiliares de sala, estagiários, médicos, enfermeiros, atendentes, orientador social, etc) | Lei da Escuta Especializada  Protocolo e Fluxo de Atendimento  Tipos de violência  Escuta da Revelação Espontânea  ECA e políticas públicas | 2 capacitações ao ano |
| Profissionais Serviços Gerais  (Motoristas, merendeiras, faxineiras, vigias, monitores de transporte escolar, etc..) | Lei da Escuta Especializada  Tipos de violência  Escuta da Revelação Espontânea  ECA | 2 capacitações ao ano |

A Lei da Escuta Especializada será de forma geral (todos os grupos), e outros temas serão realizados com grupos específicos.

Abaixo a tabela de Temas e Cronograma de Formações durante o ano para a equipe de profissionais, que farão a Escuta Especializada

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Grupo** | **Temas** | **Período** |
| Profissionais da Escuta Especializada | Protocolo e Fluxograma  Técnicas para entrevista  Procedimento de Registros  Monitoramentos dos casos | 2 capacitações ao ano |

**8 - Atuação de cada órgão em relação ao atendimento no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e proteção de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência**

*SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE*

O decreto 9.603/18 deixa claro também que:

*Art. 10. A atenção à saúde das crianças e dos adolescentes em situação de violência será realizada por equipe multiprofissional do Sistema Único de Saúde - SUS, nos diversos níveis de atenção, englobado o acolhimento, o atendimento, o tratamento especializado, a notificação e o seguimento da rede.*

*Parágrafo único. Nos casos de violência sexual, o atendimento deverá incluir exames, medidas profiláticas contra infecções sexualmente transmissíveis, anticoncepção de emergência, orientações, quando houver necessidade, além da coleta, da identificação, da descrição e da guarda de vestígios.*

*SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO*

O decreto 9.603/18 deixa claro também que:

*Art. 11. Na hipótese de o profissional da educação identificar ou a criança ou adolescente revelar atos de violência, inclusive no ambiente escolar, ele deverá:*

*I -* ***acolher a criança ou o adolescente****;*

*II - informar à criança ou ao adolescente, ou ao responsável ou à pessoa de referência, sobre direitos, procedimentos de comunicação à autoridade policial e ao conselho tutelar;*

*III - encaminhar a criança ou o adolescente, quando couber, para atendimento emergencial em órgão do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e*

*IV - comunicar o Conselho Tutelar.*

*Parágrafo único. As redes de ensino deverão contribuir para o enfrentamento das vulnerabilidades que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar de crianças e adolescentes por meio da implementação de programas de prevenção à violência.*

*DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL*

O decreto 9.603/18 deixa claro também que:

*Art. 12. O Suas disporá de serviços, programas, projetos e benefícios para prevenção das situações de vulnerabilidades, riscos e violações de direitos de crianças e de adolescentes e de suas famílias no âmbito da proteção social básica e especial.*

*§ 1º A proteção social básica deverá fortalecer a capacidade protetiva das famílias e prevenir as situações de violência e de violação de direitos da criança e do adolescente, além de direcioná-los à proteção social especial para o atendimento especializado quando essas situações forem identificadas.*

*§ 2º O acompanhamento especializado de crianças e adolescentes em situação de violência e de suas famílias será realizado preferencialmente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Creas, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, em articulação com os demais serviços, programas e projetos do Suas.*

*§ 3º Onde não houver Creas, a criança ou o adolescente será encaminhado ao profissional de referência da proteção social especial.*

*§ 4º As crianças e os adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou cujos responsáveis se encontrem temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, podem acessar os serviços de acolhimento de modo excepcional e provisório, hipótese em que os profissionais deverão observar as normas e as orientações referentes aos processos de escuta qualificada quando se configurarem situações de violência.*

*CONSELHO TUTELAR*

O Conselho Tutelar do município conta com cinco representantes da sociedade civil e é um órgão permanente, autônomo e não jurisdicional (artigo 130 do ECA). Sua função é zelar pelos direitos da criança e do adolescente vitimas ou testemunha de violência. ***Todos os casos de suspeita ou confirmação de violência devem ser obrigatoriamente encaminhados ao Conselho Tutelar (artigo 13 do ECA).*** Por ser uma autoridade do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente cabe ao Conselho aplicar as Medidas Protetivas à este público (artigo 101 do ECA) e também Aplicar Medidas aos pais ou responsáveis (artigo 129 do ECA), lembrando que para isto pode requisitar serviços (artigo 136 III – a do ECA)

Por ser uma autoridade da rede é um órgão que dialoga diretamente com o Poder Judiciário quando existe caso onde a medida foi aplicada e ouve descumprimento injustificados (artigo 136 III – b do ECA) e também junto ao Ministério Público quando precisa (artigo 136 IV e XI do ECA)

**9 - Acompanhamentos Realizados pela Rede e compartilhamento de informações**

O acompanhamento será através das reuniões do Comitê de forma mensal nos primeiros seis meses da implantação, após será avaliado a periodicidade das reuniões pelo comitê. Nas reunião também será compartilhado o número mensal de crianças e adolescentes que passaram pelo processo da Escuta Especializada, também as sugestões possíveis que os profissionais poderão contribuir para ajustes durante o processo. Havendo necessidade os membros do comitê se reunirão com os integrantes que fazem a Escuta Especializada

**10 - Critérios e definição dos profissionais de referência aptos para a realização da entrevista da escuta**

Os critérios definidos pelo **Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, para a escolha dos profissionais que ficarão responsáveis por realizar a Escuta Especializada foram:**

* **Profissionais efetivos no município**
* **Profissional que tenha perfil para fazer a entrevista da Escuta Especializada**
* **Ter feito formações sobre o tema da Escuta Especializada, Técnicas de Entrevista, etc.**

**Em consonância com as indicações de cada setor, hoje temos 06 (seis) profissionais disponibilizados para realizar a escuta especializada:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Representação** | **E**ntrevistador | **C**ontato |
| Departamento de Assistência Social | Thaís Maurer de Oliveira | 49 – 991540233 35327474 - CRAS |
| Débora Rossatto | 49 – 999697039 35327479 - Abrigo |
| Secretaria de Eduacação | Samuel Santos Miguel | 49 – 99966-3476 |
| Thaiz Aparecida de Oliveira | 49 –98860-4848 |
| Secretaria de Saúde | Andreia Piccinin | 49 - 999451245 |
| Ivonete Lisboa Meneguzzi | 49 – 999813941 |

**11 – Critérios e definições de crianças e adolescentes que podem passar pelo processo de escuta especializada**

**Os critérios definidos pelo Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência juntamente com os entrevistadores da escuta especializada definem que as seguintes situações podem passar pela Escuta Especializada:**

* Faixa etária entre 05 anos completos até 17 anos, 11 meses e 29 dias;
* Crianças ou adolescentes sem nenhum tipo de deficiência intelectual;
* Crianças ou adolescentes que tem sua língua padrão o português (brasileiro);
* Crianças e adolescentes que tenham sua capacidade de ouvir e falar sem nenhum comprometimento.

Os demais casos serão enviados para a delegacia civil para passar pela avaliação psicológica por profissional capacitado para atender essas demandas.

**12 - Planejamento da divulgação deste protocolo**

Através das capacitações com os profissionais que fazem o atendimento direto para a criança e ao adolescente e nas capacitações para os atores do Sistema de Garantia dos Direitos.

Produção de materiais impressos e digitais para os profissionais.

Produção de materiais para a comunidade sobre tipos de violência e informação dos serviços para atender crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Realização de Campanhas e Eventos para a comunidade sobre o tema, além do uso da mídia local para promover o assunto.

Criação de um link no site da prefeitura contendo materiais e informação do tema para acesso da comunidade.

Criação de vídeo institucional da Escuta Especializada.

**12 - Referências Bibliográficas**

Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948;

Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959;

Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990;

RESOLUÇÃO Nº 113, DE 19 DE ABRIL DE 2006

Resolução nº 20/2005 – ECOSOC - Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual : aspectos teóricos e metodológicos : guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes / organizadores, Benedito Rodrigues dos Santos, Itamar Batista Gonçalves, Gorete Vasconcelos ; (coords.), Paola Barbieri, Vanessa Nascimento – Brasília, DF : EdUCB, 2014

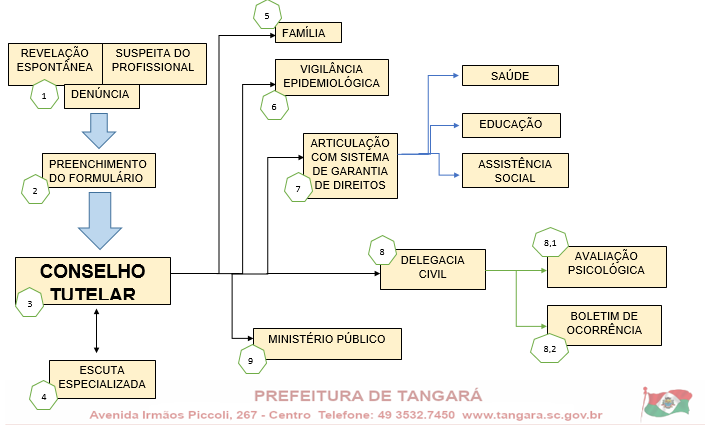
Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas / elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 377p

**Tangará, 30 de Novembro de 2023**

**Documento aprovado em reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme Ata n.º 179 de 12/12/2023**

1. **A criança ou adolescente poderá fazer a revelação espontânea** para alguém da Rede de Proteção (professores, educador social, técnicos de secretarias, médicos, enfermeiros, agentes de saúde, motoristas, policial militar, etc ). O profissional pode ter uma **suspeita** com fundamentos sobre uma violência acontecendo com alguma criança ou adolescente. **Denúncia** anônima, Disque 100.
2. Após a identificação de Violência pela entidade de Atendimento ou pelo Poder Público (sala de aula, encontro no SCFV, atendimento médico, etc) a Unidade de Serviço (Unidade Escolar, CEI, CRAS, CREAS, Unidade Básica de Saúde, Entidade de Atendimento, etc ) deverá preencher o **Formulário Inicial** de Identificação relatando o que identificou de Violência, a revelação Espontânea ou denúncia recebida.
3. Segundo o artigo 13 do Estatuto da Criança e do adolescente todo caso de suspeita ou violência obrigatoriamente deve ser encaminhado ao **Conselho Tutelar**. Recebendo o formulário inicial o Conselho irá numerar o formulário
4. O Conselho Tutelar acionará, se necessário, um representante da Equipe de **Entrevistadores da Escuta Especializada** de preferência da sua própria política de atendimento. O entrevistador irá fazer a Escuta Especializada em até ***05 dias úteis*** respeitando os procedimentos e orientações que a lei determina e logo em seguida deverá encaminhar o Formulário da Entrevista para o Conselho Tutelar. Sendo de responsabilidade do entrevistador se organizar, dentro dos critérios da Escuta, a sua entrevista com a criança/adolescente.
5. Conselho Tutelar fará o primeiro contato com a **família** da criança ou adolescente informando os procedimentos que serão adotados a partir da ciência do caso.
6. Conselho Tutelar obrigatoriamente fará encaminhamento da ficha de notificação para a **vigilância epidemiológica** de acordo com a PORTARIA GM/MS nº 217, de 1º de março de 2023
7. Conselho Tutelar acionará os integrantes do **Sistema de Garantia de Direitos** (Unidade Escolar da Criança ou do Adolescente, CRAS ou CREAS, Unidade de Saúde, Conselho Tutelar, Entidade de Atendimento, etc) para se reunir com celeridade em até ***7 dias úteis*** para juntos fazer as estratégias de proteção necessárias para a criança ou adolescente vítima de violência. Analisando quais as ações serão realizadas, como será monitorado o caso, quais serão os critérios para acompanhar o desenvolvimento desta criança ou adolescente*. Os casos serão revisados a cada 60 dias sendo o Conselho Tutelar responsável por essa revisão.*
8. Dependendo do caso o Conselho Tutelar poderá encaminhar o caso para a **delegacia civil**: 8.1\_ Em casos que não se encaixam para entrevista com a Escuta Especializada (crianças menores de 5 anos, crianças/adolescentes com alguma deficiência intelectual ou cognitiva que comprometa sua linguagem ou compreensão da realidade) será encaminhado para **avaliação psicológica**; 8.2\_ registrar **boletim de ocorrência** para abrir procedimento do caso. Vale lembrar que as informações da Escuta Especializada são para informações de Proteção da Vítima e não serve como base para apurar o crime. *Para isso, cabe a delegacia ou o Judiciário solicitar o Depoimento Especial*;
9. Segundo o artigo 136 o Conselho Tutelar poderá encaminhar ou até mesmo representar o caso de violência para o **Ministério Público**.

***\*DEPENDENDO DO CASO A REDE DE PROTEÇÃO DEVE AGIR COM PRIORIDADE ABSOLUTA FAZENDO AS DEVIDAS ARTICULAÇÕES PARA A PROTEÇÃO DA VÍTIMA (CRIANÇA OU ADOLESCENTE).***



FORMULÁRIO DE REGISTROS DE INFORMAÇÕES SOBRE ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA

Data do preenchimento: \* / / Hora do preenchimento: :

|  |
| --- |
| 1. **CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO\*** |

Revelação espontânea ( ) Suspeita/Percepção do Profissional ( ) Denúncia ( )

Unidade identificadora da situação de violência:

|  |
| --- |
| 1. **DADOS PESSOAIS DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE** |

Nome completo: \*

Data de nascimento: \*

Endereço onde a criança/adolescente reside\*:

Rua: n° Bairro:

Ponto de referência:

Nacionalidade: \*

Telefone: \* ( )

Escolaridade:

É pessoa com deficiência? ( ) sim ( ) não ( ) não sei

Qual:

Necessita de intérprete? ( ) sim ( ) não Qual:

A criança/adolescente possui documento de identificação? Sim ( ) Não ( )

Se sim, especificar e juntar cópia:

( ) Declaração de nascido vivo ( ) CPF

( ) Certidão de nascimento ( ) Outros:

( )Carteira de Identidade

|  |
| --- |
| 1. **DADOS DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS** |

Mãe: \*

RG: CPF: \*

Telefone: \* ( )

Pai: \*

RG: CPF: \*

Telefone: \* ( )

Reside com os pais? \* ( ) sim ( ) não

Se não, com quem reside?

Dados do responsável pela criança ou adolescente \*

Nome:

Grau de Parentesco:

RG: CPF:

Telefone: ( )

Endereço doa pais (caso a criança ou adolescente não conviva com eles):

Rua n°

Bairro: Ponto de referência:

Os pais/responsáveis possuem documento de identificação? ( ) sim não( )

Se sim, especificar e juntar cópia:

( ) CPF ( ) carteira de Trabalho

( ) Certidão de nascimento ( ) CNH

( )Carteira de Identidade ( ) outros

|  |
| --- |
| **TIPO(S) DE VIOLÊNCIA IDENTIFICADA(S):\*** |

( ) VIOLÊNCIA Física: ação infligida à criança ou adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico.

( ) Violência Psicológica: Qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação a criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (bullying) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional

Violência sexual

( ) Abuso sexual- Toda ação que se utiliza da criança ou adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou terceiro

( ) Exploração sexual comercial- Uso da criança ou adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico

( ) Tráfico de pessoas- recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou o acolhimento da criança ou adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação

( ) Violência institucional- praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização

( ) Outros

( ) violência patrimonial: entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluídos os destinados a satisfazer suas necessidades, desde que a medida não se enquadre como educacional

Quando ocorreu a violência?

( ) Violência aguda- aconteceu nas últimas 72 horas

( ) Violência Crônica- acontece há muito tempo e frequentemente

( ) Violência pontual (fato específico)- ocorreu uma única vez e não possui histórico

( ) não sei

Atenção: Este documento deverá seguir na rede de atendimento em forma física ( envelope lacrado) até o profissional de referência, do profissional de referência até o profissional da Escuta especializada sendo obrigatório o sigilo e conduta ética, sob pena de violação do art. 325 do cóigo penal: Art 325: Revelar fato que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer , ou facilitar-lhe a revelação: Pena detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

Os campos com asteriscos caracterizam-se obrigatório

A correta identificação dos genitores da criança é de extrema importância para permitir o adequado acompanhamento do caso pela rede de proteção e, eventuais intervenções pelos órgãos de defesa.

Ao responder sobre “TIPOS DE VIOLÊNCIA” é possível identificar em um mesmo caso, mais de um tipo de violência, permitindo assim, assinalar múltiplas opções.

|  |
| --- |
| **DESCRIÇÃO DA DENÚNCIA/SUSPEITA OU RELATO ESPONTÂNEO DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE** |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

Escrever obrigatoriamente de forma literal, nas palavras da criança ou do adolescente. O profissional que receber a revelação espontânea deverá se limitar a ouvir sem interferências e questionamentos que possam induzir respostas

Profissional que atendeu:

Data: Hora:

|  |
| --- |
| **ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS:** |

( X ) Encaminhamento ao conselho tutelar

Profissional de referência da unidade identificadora (Diretor, Coordenador ou responsável pela unidade)

Nome:

Telefone: